



Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1.981.

QUINTA-FEIRA

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Nelson Buffara. (38). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: João Mansur, Augusto Carneiro, Cyro Martins, Del Ciel, Egon Pudell, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Túlio Zanchet, Wilson Fortes (18). Em licença os Senhores Deputados: José Tavares e Valduga. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÕES:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS, com assento nesta Casa, indico para comporem a COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE VISA TRATAR SOBRE O ACHATAMENTO SALARIAL, os nobres Deputados:

MEMBROS TITULARES:

Deputado Antônio Cotrim
Deputado Tércio Albuquerque
Deputado Basílio Zanusso
Deputado David Cheriegate

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gabriel Manoel
Deputado Antônio Facci
Deputado Leônidas Chaves
Deputado Rosário Pitelli

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

A Liderança do PMDB, vem até Vossa Excelência para promover a indicação dos Senhores Deputados NESTOR BAPTISTA e FIDELCINO TOLENTINO, para comporem o quadro de membros da CPI do achatamento salarial do funcionário público, proposta pelo Deputado EDILSON ALENCAR.

Sendo o que tinha a solicitar, renovamos nossas saudações democráticas.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 173/80, de sua autoria, que visa conceder título de Cidadão Honorário ao Sr. JOÃO CALIXTO DE MEDEIROS, e sua inclusão na Ordem do Dia, conforme preceitua o Regimento Interno. (Art. 106 - R.I.).

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em regime de urgência o Projeto de Lei n.º 30/80, que trata da criação do Município de Boa Vista da Aparecida, atual distrito de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Há mais de um ano encontra-se em poder do relator o projeto acima, sem que tenha sido dado o parecer para a realização do plebiscito, a exemplo de tantos outros, e principalmente neste período quando a Assembléia Legislativa deliberou pela realização da consulta para emancipação de dois distritos.

Por outro lado, há que se levar em conta a legislação vigente que prevê a criação de municípios, até 06 (seis) meses antes das eleições, devendo a lei emancipatória estar publicada até 06 (seis) meses antes das eleições.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, observadas as normas regimentais, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 194/79 - que trata da legalidade de transferência de área territorial de um município para outro.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora RACHIDI SCAFF, ocorrido no último dia 26, na Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NADIR L. VOLOSKO, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. NILTON SCHNOERR, ex-gerente da agência do Banco do Brasil em Nova Esperança, no dia 20 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, pela passagem do 25º aniversário de fundação do Centro Social dos Funcionários da Câmara Municipal de Curitiba.

Requer, outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo ao Presidente do Centro e ao Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia Legislativa, de um voto de regozijo pelo 25º aniversário do jornal semanário "Voz do Paraná", influente jornal de idéias que vem contribuindo para o desenvolvimento cultural e político do Estado.

Requer, outrossim, que se dê ciência desta decisão aos diretores daquele veículo de comunicação social, parabenizando-os pelo trabalho dedicado em favor da coletividade paranaense.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

Durante estes 25 anos de atividades o jornal "Voz do Paraná" tem exercido ponderável influência positiva sobre a comunidade paranaense, externando o pensamento de líderes religiosos e leigos sobre os grandes problemas do Paraná, do Brasil e do pensamento cristão no mundo.

Sua folha de serviços prestados ao Paraná é de todos conhecida.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, um voto de louvor aos

integrantes da Delegação do Paraná, que representou a Associação dos Servidores Públicos do Paraná no XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos, realizado em Recife, Estado de Pernambuco, no período de 18 a 24 de maio, p. passado.

A delegação que teve atuação destacada no conclave, estava assim constituída:

Dr. EDOUARD ELIAS THOMÉ,

Conselheiro da ASPP;

Dr. FAUSTO LUIZ ABRY,

Presidente do Conselho da ASPP;

Dr. ARMANDO STRANO,

Conselheiro da ASPP;

Prof. ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO,

Conselheiro da ASPP;

CID PEREIRA JORGE,

Conselheiro da ASPP; e,

Dr. IVAN CLÓVIS DE QUADROS ASSAD,

Conselheiro da ASPP.

Requer, outrossim, uma vez aprovada a proposição, seja encaminhado ofício ao Presidente da Diretoria Executiva da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, bem como ao Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal daquele importante órgão classista.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

A Delegação do Paraná destacou-se sobremodo no XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos, realizado em Recife no corrente mês.

Várias proposições foram apresentadas pela Delegação, merecendo total aprovação dos integrantes daquele importante conclave classista.

Entre as proposições apresentadas, cumpre ressaltar as seguintes: "redução em 50% do percentual do desconto do imposto de renda na fonte dos funcionários públicos em atividade." - Conversão de 1/3 das férias em dinheiro". - "Concessão do 13º salário aos funcionários dos Estados e municípios, ainda no corrente ano". - (Autoria do Dr. Edouard Elias Thomé). "Solidariedade aos projetos em tramitação no Congresso dispondo sobre a redução para 25 anos ao Magistério Público Nacional". - (Autoria do Prof. Antônio dos Santos Filho). - "Solidariedade à ação desenvolvida pela ASPP em favor dos servidores aposentados pelo Estado do Paraná". - (Autoria de Odir Gomes da Rocha). - "Direito ao se aposentar quando ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, com período mínimo de 12 meses." - "Equiparação dos inativos aos vencimentos e vantagens dos funcionários da ativa". - "Promoção dos servidores públicos semestralmente." - "Recomposição salarial para o servidor público federal, dos Estados e dos municípios - ativo e aposentado - uma vez que os reajustes de vencimentos e salários vêm sendo concedidos em percentuais inferiores à elevação do custo de vida e até mesmo aos índices oficiais para correção dos salários nas empresas privadas." (Autoria do Dr. Ivan Assad, Conselheiro da ASPP).

Nada mais justo portanto, que se presta esta homenagem aos integrantes da Delegação do Paraná, que tão bem representaram nosso Estado neste importante conclave nacional.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Governos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, no sentido de que enviem a esta Casa, leis e respectivas regulamentações que tratam da aplicação,

naqueles Estados, da Lei Federal nº 6.864, de 1º/12/80.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 6.864, de 1º de dezembro de 1.980, estendeu aos servidores estaduais e municipais, nas condições que mencionou, contagem recíproca de tempo de serviço para aposentadoria, de que trata a Lei Federal nº 6.226, de 14 de julho de 1.975.

Os Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco já possuem legislação específica nesse sentido, e possivelmente até regulamentações dessas leis.

Faz-se necessário ao Estado do Paraná e também a este Legislativo, para fins de estudos e pesquisa, tomar conhecimento do que esses Estados já fizeram em matéria de contagem recíproca, para darem cumprimento à legislação federal.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado e Nivaldo de Almeida Neto, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento a estrada que liga o Distrito de Marajó a Estrada PR-180, trecho Nova Aurora - Goioerê, que virá prestar melhores condições de tráfego ao elevado número de veículos que diariamente a utilizam.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao IAPAS, ao Instituto de Marcas e Patentes, ao Banco Central e ao Ministério da Indústria e Comércio, no sentido de se eliminar o máximo possível a burocracia no atendimento dos seguintes serviços:

- 1). No IAPAS - que o certificado de regularidade de situação das empresas continue como antes, a ser fornecido através das agências bancárias, no ato do pedido e mediante a simples apresentação das guias das últimas 12 (doze) contribuições do interessado.
- 2). No Instituto de Marcas e Patentes - que o despacho preliminar do Ministério da Indústria e do Comércio no pedido de registro de marca de patente seja comunicado por ofício ao interessado, para que possa este recolher em tempo hábil a taxa devida e não venha a ter caducado o seu pedido, pela simples falta desse recolhimento, fornecendo-se o certificado imediatamente após o despacho final que aprovou o registro.
- 3). No Banco Central - que providencie junto ao Banco do Brasil no sentido de que a Carteira de Crédito Rural deixe de exigir, para fins de financiamento, nova medição da área agrícola anteriormente financiada para o produtor, salvo quando - essa área aparecer aumentada em novo pedido de financiamento.
- 4). No Ministério da Indústria e do Comércio - que as Juntas Comerciais fiquem terminantemente autorizadas (e cumpram essa autorização) no sentido de que, no ato de atendimento de registro de atos constitutivos ou modificativos de sociedades, providenciarem, de ofício, por intermédio de seus pró-

prios advogados, o "visto" a que se refere a recente Lei nº 6.884, de 9.12.80"; conforme proposição apresentada na XXX Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Londrina, de 8 a 10 de maio de 1.981, pela Associação Comercial e Industrial de Toledo - ACIT.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o Ministério da Desburocratização foi criado com o fim de acabar com a burocracia que sempre prejudicou o andamento dos processos de interesse da comunidade é que vimos solicitar às autoridades acima referidas na súmula seus bons ofícios a fim de que as devidas providências sejam tomadas para os casos expostos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, no sentido de que se efetue ampla pesquisa no Estado do Paraná para aplicação da Lei Federal nº 6.868, de 1º de dezembro de 1.980, a fim de posterior análise e transformação em Mensagem Governamental, solicitando aprovação de lei nesta Casa, para dar cumprimento ao disposto naquela Lei Federal, com abrangência a todas as categorias profissionais existentes no Estado.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 6.868, de 1º de dezembro de 1.980, estendeu aos servidores estaduais e municipais, nas condições que mencionou, contagem recíproca de tempo de serviço para aposentadoria, de que trata a Lei Federal nº 6.226, de 14 de julho de 1.975.

E essa lei, no âmbito do funcionalismo federal, já foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 85.850, de 30 de março de 1.981, com benefícios extensivos às mais diversas categorias profissionais, tais como, ao empregador, ao empregado doméstico, ao trabalhador autônomo, inclusive do religioso.

Por se tratar de matéria nova em legislação, obrigatória a Estados e municípios, seu estudo requer pesquisa e análise jurídica profunda e ampla, atendendo aos interesses de todos aqueles que, porventura, devem ser amparados por essa legislação, a nível do Estado do Paraná.

As experiências de outros Estados que já possuem legislação específica nesse sentido, aplicando os dispositivos da Lei Federal nº 6.868/80, devem também merecer a atenção dos juristas que elaborarão a Mensagem Governamental.

Nesse sentido, os Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco já possuem legislação própria.

Se a pesquisa e análise das mesmas são elementos necessários para elaboração, e posterior aprovação, da Lei Estadual da Contagem Recíproca, sua demora, entretanto, vem prejudicar interesses dos mais necessitados dessa lei, ou seja, aos que estão obrigados à aposentadoria compulsória, por limite de idade, e aos que devem ser aposentados por invalidez.

Por conseguinte, que a pesquisa tenha início no mais breve tempo possível, para que a Mensagem Governamental chegue a esta Casa e possa ser votada no mais curto prazo possível.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o

envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento, Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura e Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, solicitando sejam tomadas providências no sentido de que "os valores do VBC e preços de garantia do trigo passem a ser fixados anualmente no mês de janeiro, a fim de ensejar condições de cultura aos tricultores paranaenses.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

a) Egon Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O acima solicitado prende-se ao fato do tricultor paranaense vir sofrendo os reveses da geada, pragas etc, ocasionando sérios problemas que irão diminuir com a liberação dos valores do VBC e os preços do trigo no início do ano, conforme proposição da Associação Comercial e Industrial de Toledo, aprovada na XXX Reunião Plenária realizada em Londrina de 8 a 10 de maio de 1.981.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação e Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, solicitando seja criada uma Escola Agrícola em Toledo, conforme solicitação feita pela Associação Comercial e Industrial de Toledo — ACIT, por proposição apresentada na XXX Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Laranjeiras do Sul, em 16 a 18 de maio de 1.980.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

a) Egon Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de uma região que caminha a passos largos no avanço da agricultura e da pecuária, necessário se faz o atendimento a uma reivindicação justa e oportuna, pois a criação de uma Escola Agrícola no Município de Toledo irá proporcionar ao filho do agricultor em seu próprio município uma assistência técnica no "trato da terra, na aplicação de defensivos, bem como na colheita e comercialização do produto".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Edson Neves Guimarães, Secretário de Estado das Finanças, solicitando construção de prédio para funcionamento da Agência de Rendas em Jesuitas.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

É muito importante para o recém criado Município de Jesuitas, possuir prédio para funcionar sua agência de rendas.

Esta obra representará mais uma conquista para seu progresso.

Esperamos sejam empreendidos estudos desta Secretaria com o fim de que se concretize esta solicitação, fato pelo qual temos a certeza de que o povo que ali reside, agradecerá imensamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, o envio à Comissão Especial que estudará

o Projeto de Lei Complementar n.º 37/81 (Estatuto da Polícia Civil do Estado), as emendas n.ºs 01 à 16, em anexo. Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

a) Palácios.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 50/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO EDUCACIONAL EVANGÉLICO, entidade de caráter filantrópico, sediado em Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

a) Waldyr Pugliesi

JUSTIFICATIVA:

A minuciosa e ampla documentação que acompanha este projeto, comprova o preenchimento, de forma convincente, de todas as exigências estabelecidas pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978 (dispõe sobre normas para a declaração de utilidade pública).

Nada mais justo, portanto, que cumpridas as formalidades legais, o Instituto Educacional Evangélico, de Arapongas, receba desta Casa o reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à coletividade.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de me reportar ao assunto que hoje trago à tribuna, no dia de ontem, devido ao boato de que uma bomba estaria por explodir nesta Casa, nós acabamos por atrasar um dia esse nosso reclamo contra o Governo Federal.

O Governo acaba de dar o golpe definitivo para a extinção da classe média. As manchetes dos jornais de ontem trazem a infelicidade para milhões de brasileiros que caíram no conto do Sistema Financeiro da Habitação. A partir de agora, cada paranaense que adquiriu a sua casa ou apartamento do Banco Nacional da Habitação passará a dar lucros enormes para o Governo Federal.

A expropriação a que está submetido o povo, em função da voracidade tributária, com aumentos nos impostos, água, luz, telefone, gasolina etc, chega agora ao seu ponto máximo: a habitação.

Acabou o sonho modesto daquele brasileiro que um dia desejava reunir algum dinheiro para comprar um modesto apartamentozinho de dois quartos, para ali aninhar sua mulher e três filhos. Agora, o Sistema Financeiro da Habitação virou fonte de lucro. Estão querendo não só tirar o dinheiro mas esfolar a pele do modesto trabalhador que um dia foi iludido pelo Governo, através dos seus agentes da casa própria.

O reajuste de quase 73% nas prestações, a partir do mês de julho, vai simplesmente liquidar com o aumento que o trabalhador conseguiu a partir de 1.º de maio e vai levar, principalmente os funcionários públicos ao desespero. O grande aumento que o Governador Ney Braga deu aos seus funcionários se foi como fumaça. Aliás, o BNH está conseguindo proezas: vai cobrar 1% além do que o funcionário público recebeu de aumento.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação a que chegamos, graças à incapacidade administrativa dos que governam esta Nação. Hoje, o povo brasileiro que

optou pela sua casa própria via BNH deve estar tecendo elogios rasgados ao Ministro Delfim Neto, que, como considerou muito bem Marcos Freire, em recente entrevista à revista "Veja", é o verdadeiro ditador deste País.

O que exatamente deseja o Sr. Delfim Neto é jogar a população no mesmo caos em que se encontra a Nação brasileira. Ele quer ver o povo envidado, vendendo até a alma para conseguir pagar suas contas. Contas essas oriundas do Governo Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O troco a esse verdadeiro "terrorismo branco" que está sendo desencadeado contra o povo brasileiro, através das contas de luz, telefone, água, impostos e agora dos carnês de pagamento do BNH, vai ser dado em breve.

Oitenta e dois vem aí. Vai marcar o fim destes debilóides que hoje jogam bombas e explodem o bolso do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra, ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A burocracia oficial exagerada é um entrave ao desenvolvimento, uma agressão ao cidadão, uma colocação absurda em que o Estado se posiciona como freio e não como estimulador das boas relações entre as pessoas.

Tanto é verdade que se instituiu um Ministério Especial para acabar com os exageros burocráticos, herança indesejável neste mundo moderno, legado penoso do bacharelismo tão a gosto de nossos avoengos ancestrais lusitanos, fórmula mágica para empregar os amanuenses apadrinhados.

Num processo de agigantamento patológico, as exigências cartoriais, forenses, e das várias repartições, foram se tornando tantas, e tão inúteis algumas, que não seria ousado afirmar que muitos setores do serviço público poderiam ter seu pessoal reduzido pela metade e outros poderiam ser até extintos.

O interessante é que para respaldar a exigência de documentos absurdos, criaram-se fiscalizações variadas. E essas fiscalizações, ao invés de vigiarem para que não aconteçam os fatos que se pretendeu evitar na origem da legislação, acabam como verificadoras de papéis, aplicadoras de multas e fontes de arrecadação, com geração de mais burocracia e mais violência contra o cidadão.

Neste final de semana, vimos por noticiário de televisão uma ação fiscalizadora da SUDEPE e do IBDF na Rodovia Curitiba-Paranaguá, que caracteriza perfeitamente o absurdo dessas exigências e de como são apresentadas ao cidadão. Ele não é fiscalizado; é agredido em sua inteligência.

A equipe de fiscais parou dezenas de automóveis e os revistou, à margem da rodovia. Para aqueles que portavam caniços, foi exigida a carteira de pesca amadora.

O noticiário da TV foi encaminhado de forma a apoiar a ação fiscalizadora, mas a reação de dois cidadãos deu um testemunho veemente do absurdo da situação.

Uma senhora teve apreendida uma rede que transportava no automóvel e que disse ter comprado como objeto decorativo.

E era verdade, embora o fiscal, incompetente portanto, não o tivesse percebido. A rede, mostrada na televisão, não estava apreendida, isto é, aparelhada com chumbos e bóias. Dessa forma não passa de um amontoado de fios trançados, sem serventia para a pesca, como sabe qualquer pessoa razoavelmente afeita ao assunto.

Outro cidadão foi intimado a apresentar a sua carteira de pesca porque transportava varas e molinetes no porta-malas e foi dele a observação que revelou melhor o absurdo da situação. Disse achar ótima qualquer fiscalização, desde que

feita no local correto. E denunciou que há quinze anos freqüenta a Baía de Guaratuba sem jamais ter sido abordado por um fiscal. E nós sabemos, por informações de diretorias de iates clubes, que verdadeiros crimes contra a ecologia ocorrem na Baía de Guaratuba, com o fechamento de bocas de rios com redes de espera. Só a SUDEPE não sabe, possivelmente porque jamais seus fiscais navegaram nossas baías e rios. O mesmo ocorre com o IBDF, a madeira denominada caxeta está praticamente extinta em nosso litoral. Os últimos exemplares estão sendo cortados na Baía de Guaratuba, transportados para uma fábrica de lápis em grandes embarcações que navegam livre e placidamente.

Milhares de curitibanos, e centenas de milhares de brasileiros, saem nos finais de semana com seus caniços para lambaris ou vão a natureza no salutar lazer da pesca.

Todos devem comparecer anualmente a uma repartição pública, pagar uma taxa no banco, para renovar suas carteiras de pesca amadora.

A pesca de canhão ou vara jamais é predatória. Só o é aquela praticada com redes, dinamite, e outros artefatos proibidos. Se o cidadão pesca de canhão, ele não é predador, mesmo sem carteirinha; se pesca com instrumentos proibidos, é infrator, mesmo portando documento de licença. Para que serve, então, essa documentação para pescador amador? Certo que exista para o profissional, porque lhe confere direitos no uso de equipamentos e o qualifica inclusive a filiar-se às cooperativas. Mas para o amador a exigência constitui apenas burocracia inútil, fonte de arrecadação indevida e cabide de emprego em repartições que poderiam estar cumprindo melhor suas atribuições.

Em vista do exposto esperamos apoio para o requerimento que ora apresentamos à Mesa, solicitando:

1) Seja manifestado protesto perante os órgãos locais e sedes nacionais da SUDEPE e do IBDF pela maneira incorreta de exercer fiscalização nas estradas, encarecendo a necessidade de que essa fiscalização venha a ser procedida no local onde é realmente necessária, isto é, nas águas e nas matas, que estão sendo agredidas sem nenhuma ação do poder público;

2) Seja encaminhada sugestão ao Ministro Hélio Beltrão, no sentido de que seja abolida a exigência de carteira de pesca amadora, mais um dentre os muitos documentos inócuos que infernam a vida do brasileiro.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Recentemente, um programa de televisão de repercussão nacional levou aos lares de todos os brasileiros imagens do interior de um cassino clandestino, localizado no Estado de São Paulo. Instalado numa fazenda, o cassino recebe, diariamente, a freqüência média de quatrocentas pessoas, que ali vão para tentar a sorte na roleta, bacará, etc.

A reportagem mostrou muito bem o que ocorre não somente no Estado de São Paulo, mas em vários outros Estados da Federação: o funcionamento de uma rede de cassinos clandestinos em todo o País.

E alertou o aludido programa para uma realidade: o brasileiro é um freqüentador de cassinos e está levando preciosos dólares para o estrangeiro, principalmente Paraguai e Uruguai, onde os jogos são livres e tem o apoio do próprio governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos hoje esta tribuna não para fazer uma apologia dos jogos de cassinos, mas para abordar uma realidade do nosso dia a dia para as autoridades constituídas preci-

cisam despertar.

Não se tem idéia do percentual exato, mas milhares de pessoas estão frequentando diariamente os cassinos do Paraguai e Uruguai e levando para lá milhões de dólares, divisas essas, diga-se de passagem, brasileiras.

Por isso, estamos hoje aqui para analisar a controvertida questão da abertura dos cassinos. Em primeiro lugar, vamos analisar os pontos favoráveis a tal medida que seriam, em nosso modo de ver, os seguintes:

1 — contensão das divisas nacionais, que estão sendo canalizadas para os cassinos do Paraguai e do Uruguai, sem controle de espécie algum por parte do Governo Federal;

2 — importante atrativo para o turismo, que poderia vir a compensar os prejuízos que as cidades turísticas e estâncias hidrominerais, com todos os consequentes aumentos da gasolina e a limitação de dias para funcionamento dos postos;

3 — criação de milhares de novos empregos, que viria a possibilitar o aproveitamento de muitos brasileiros que estão hoje enfrentando serias dificuldades de sobrevivência, em função dos índices inflacionários que já ultrapassam os 120%.

Agora, analisemos os pontos negativos que resultariam da liberação dos cassinos em todo o País, segundo as autoridades que se manifestam contra tal iniciativa.

1 — aumento da criminalidade. É, sem dúvida, um argumento que deve ser considerado. Mas, convenhamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o livre funcionamento em todo o País do Jogo do Bicho também não gera o crime, a corrupção policial? E por que o governo não atua de maneira eficaz, visando acabar com esta espécie de jogo? De maneira controlada, os cassinos poderiam nem sequer ameaçar a liderança em corrupção e criminalidade gerada pelo Jogo do Bicho;

2 — aumento da prostituição. Não vemos de que maneira os cassinos possam vir a provocar aumento da prostituição, se forem bem controlados, com o auxílio de diversos organismos de segurança do governo, como a Polícia Federal e outros.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Estão aí os pros e os contras. Basta que se faça um balanço dos pontos favoráveis e desfavoráveis que resultariam da liberalização dos cassinos para se ter uma posição.

A nossa posição parece já ter ficado clara. Somos favoráveis à abertura dos cassinos, como forma de manter aqui milhões de dólares que são todos os anos levados para o Paraguai e Uruguai. Também, para que as nossas cidades turísticas possam recuperar um pouco do prejuízo que vem sofrendo e, finalmente, pelos vários empregos que tal iniciativa geraria.

Sr. Presidente, nós que representamos uma cidade eminentemente turística, Foz do Iguaçu, que, no ano passado, recebeu mais de um milhão de turistas que visitaram aquela cidade, todos, ou a sua maioria, participaram dos cassinos das cidades vizinhas, levando divisas nacionais, o nosso dinheiro daquelas cidades.

Se nós aqui, abrímos os nossos cassinos, vamos atrair divisas com moedas internacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã, os comerciantes de Curitiba vão se reunir em assembléia da categoria. Mas uma vez pesa sobre eles a ameaça de que venham a perder uma conquista. A do repouso aos sábados à tarde. Mas uma vez o Prefeito Municipal de Curitiba vem procurando proteger os interesses das grandes empresas comerciais da cidade em detrimento dos direitos legítimos dos comerciantes.

Devem estar lembrados os senhores da ampla manifestação que aqueles mesmos comerciantes realizaram há alguns meses para garantir a vigência deste mesmo direito. Naquela ocasião foram vitoriosos e o Prefeito Jaime Lerner, nomeado, nunca eleito, pouco identificado com as aspirações da maioria, teve que recuar. Mas retoma agora o seu desejo de presentear os grandes grupos econômicos com a autorização para que funcionem aos sábados à tarde, conforme temos aqui documentos assinados pelo assessor técnico Heron Arzua, com o acordo do Diretor do Departamento da Fazenda, Nestor Celso Imthorn Bueno. Este documento, passado por cima de todas as leis que protegem o trabalho do comerciante, permite a uma empresa que funcione aos sábados à tarde.

Há pouco tempo a Câmara Municipal de Curitiba também entrevistou nesta questão. E, infelizmente, também contra os interesses dos comerciantes. Baixou um decreto afirmando que mediante acordo prévio com as classes patronal e trabalhadora, poderiam fixar novos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais.

Este decreto significou uma derrota para os comerciantes. Mas ainda previa um acordo entre a classe patronal e os empregados. Agora, o Departamento da Fazenda da Prefeitura não respeita nem mesmo este decreto municipal e sem qualquer consulta ao sindicato que representa os comerciantes, baixa permissão para que algumas casas comerciais funcionem fora do horário previsto por lei.

A verdade, Senhores, é que os comerciantes de Curitiba se vêem sem qualquer defesa, à mercê de interesses patronais que se sobrepõem, do ponto de vista da administração municipal, a todos os interesses dos empregados. Mas uma vez se comprova, Senhores, que nossos governantes, que ao poder chegaram sem passar pelo crivo do voto popular, lá estão a serviço de quem os guindou pela frustração do processo democrático. É o caso do Senhor Jaime Lerner, que mais uma vez se volta contra os trabalhadores, passando por cima de seus direitos, para fazer valer a sua vontade de servir apenas àqueles que detêm o poder econômico em suas mãos.

Nosso Partido, o PMDB, estará amanhã ao lado dos comerciantes, como sempre esteve ao lado do povo em todas as suas manifestações justas de defesa de seus direitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento, com o seguinte teor: (Lê)

“Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, expediente transmitindo as preocupações desta Assembléia Legislativa e objetivamente as seguintes solicitações:

1 — que seja revisto o reajuste de 72,84% determinado para as prestações da casa própria adquirida através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo em vista que, diante do acelerado aumento do custo de vida, nenhum trabalhador está em condições de arcar com esse ônus, notadamente quando se sabe que o salário mínimo vigente no País está inconstitucionalmente calculado para satisfazer as necessidades apenas do trabalhador, não incluindo sua família;

2 — que o Senhor Ministro determine ao Banco Nacional de Habitação e a seus agentes financeiros, que não se promova o despejo ou a retomada de imóvel de nenhum adquirente de casa popular, que inevitavelmente não terá condições de cumprir com o pagamento das mensalidades, em virtude da notória crise de desemprego que infelicitiza aos brasileiros.

Que se observe ao Senhor Ministro que a persistência dessa política de reajustes elevados das mensalidades e de retomada dos imóveis, poderá determinar, como consequência, uma coordenada e coletiva reação de não pagamento de prestações, ou então o desabrigo de milhões de famílias de trabalhadores que acreditaram que a política do BNH, aplicada com base em suas contribuições, teria função eminentemente social e não especulativa, como se constata.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1981.

a) FIORI LUIZ

Sr. Presidente, vimos pela televisão a declaração do Ministro Delfim Neto, dizendo que o aumento de 72,84% das prestações da casa própria é normal, e não vai afetar ninguém. Luiz Antônio Veloso de Souza, gerente do BNH disse o seguinte ao jornal "Folha de Londrina": "O reajuste de casas financiadas pelo sistema, não causará comoção alguma social no País, pois sempre que há um aumento, há um choque até as pessoas se ajustarem aos novos níveis".

E disse mais Veloso: — "Não acredito em retração, porque o salário subiu em um ano, 104% e os reajustes ficaram em 72,84%. Faço votos "disse ele", para que a classe média tenha condições de manter o imóvel que tenha financiado através do nosso sistema".

Enquanto pessoas ligadas ao BNH fazem tais declarações, o BNH compra um avião a jato e a Associação dos Mutuários no Brasil, entra com ação popular contra o BNH.

Delfim Neto, come do bom e do melhor, Sr. Presidente, e mora em mansão. O Presidente Figueiredo, como militar, sempre morou às custas do povo. Figueiredo não sabe o que é deixar de comer para não atrasar a prestação. Diretores do BNH... O Sr. Quielse Crisóstomo — (Pela ordem) — Artigo 151, § 5.º, solicito ao Sr. Presidente, que, regimentalmente, quando os oradores fizerem referências às autoridades constituídas da Nação brasileira, que o façam com palavras corteses, segundo o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa não entende assim Deputado e comunica ao Deputado que está na tribuna que seu tempo está esgotado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Eu estou pedindo a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa vai decidir a questão de ordem de Vossa Excelência. De acordo com o artigo 151, § 5.º, "O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente e à Assembléia de um modo geral, não sendo permitido impressões injuriosas ou descorteses". Por isso, eu determino ao serviço taquigráfico que expunja as palavras mencionadas "gordo e balofo", mencionadas pelo nobre Deputado, que considera apresentar na questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. FIORI LUIZ — Eu concluo, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Convocando o mesmo artigo invocado pelo nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e sem demérito algum, desrespeito algum ao orador que se encontra na tribuna, evidentemente num regime democrático, livre, tem liberdade para dizer aquilo que deseja dizer e assumir a responsabilidade pelo que tenha dito. Entretanto, Vossa Excelência acaba de abrir um precedente perigosíssimo nesta Casa, não considerando descortês o fato de se chamar um gordo de "gordo", porque o Ministro do Planejamento realmente é uma pessoa avantajada, forte no físico, mas a principal ofensa que Vossa Excelência desconsiderou foi ele ter dito que o Presidente Figueiredo sempre viveu às custas da Nação, como militar que é.

Isto considero uma ofensa às Forças Armadas. Porque um militar seja Figueiredo, João da Silva ou Pedro Pereira, é um profissional. E o profissional tem que tirar da instituição a quem ele serve o sustento para si e familiares.

Esta é uma ofensa que esta Casa não pode ter registrada

em seus anais. Porque ofende o que temos de mais legítimo e sagrado neste País, que são as Forças Armadas, guardiães de nossa segurança e integridade da Pátria. Vossa Excelência, lamentavelmente, abre um precedente perigosíssimo e lamento profundamente que Vossa Excelência não tenha considerada ofensiva esta alusão às Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica ao nobre Deputado Erondy Silvério que atendeu a questão de ordem e pediu que fossem retiradas das notas taquigráficas todas as palavras desairosas e ofensivas a qualquer uma das autoridades mencionadas pelo Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Artigo 158. Gostaria de deixar muito claro que as ilações trazidas neste instante, tentando generalizar uma posição levantada por um Deputado da tribuna, não devem ser acatadas, na nossa opinião. Por isto que se registre, nos Anais da Casa, esta nossa questão de ordem. Quando o Deputado Fiori Luiz fez a sua manifestação, ele especificou e detalhou, e não generalizou. Há uma tendência natural neste instante, não só aqui como no Brasil, de tentar a qualquer instante generalizar ofensas às Forças Armadas.

Não foi, em instante algum, esta a intenção do Deputado Fiori Luiz. Tenho certeza disto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — De acordo com o mesmo dispositivo do Regimento Interno, invocado pelo nobre líder do PMDB, pela ordem.

Quando se ofende um membro de uma corporação, se ofende a corporação toda. Só na cabeça de um Líder do PMDB é que não sabia disto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — (Faz soar os tímpanos).

A Mesa responde a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Nelson Friedrich e de acordo com o artigo 158, não procede a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. FIORI LUIZ — Concluo, Sr. Presidente. A partida foi tão interrompida que Vossa Excelência terá que dar, pelo menos, trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Nobre Deputado, Vossa Excelência já está com seu tempo esgotado e eu solicito que...

O SR. FIORI LUIZ — Trinta segundos...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Não é possível, nobre Deputado, porque não é permitido de acordo com o Regimento a prorrogação.

O SR. FIORI LUIZ — Mas houve muitas interrupções...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Nas interrupções o seu tempo já estava esgotado. Espero que Vossa Excelência compreenda que seu tempo está esgotado e, de acordo com o Regimento, não é possível.

O SR. FIORI LUIZ — Trinta segundos...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Solicito que Vossa Excelência conclua porque deverá ocupar em seguida a Mesa, para que eu possa...

O SR. FIORI LUIZ — Concluo, Sr. Presidente. Antes que os conjuntos habitacionais deste País se transformem em imensos cemitérios de casas brancas, é preciso que o Governo faça alguma coisa, porque o povo começa a se organizar e promete defender, a bala se preciso for, a sua casinha onde ele aloja a sua desgraça, a sua desventura e a sua desesperança.

Ou o Governo pára de brincar com o povo, ou vai apear do trono à força neste País, Sr. Presidente, obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A semana retrasada, visitando vários municípios da região que tenho a honra de representar, no Vale do Ivaí, pude sentir de perto a grande aspiração do povo dos Municípios de Borrazópolis e Jardim Alegre.

Borrazópolis, Município em franca expansão pelas terras de culturas de primeira qualidade, hoje pelos meios de comunicação, com asfalto, com luz, telefone, Banco do Brasil, pretende também aquele município, dada a distância da sede de sua Comarca que é Faxinal, 31 quilômetros, pretende aquele município a sua emancipação, também no setor judiciário. E agora se estuda o novo código de Divisão Judiciária, pretende aquele município ser incluído para a sua emancipação, criando a Comarca do Município de Borrazópolis. E trago hoje, nesta Casa, uma reivindicação, depois de uma reunião que participei com vereadores, prefeitos e líderes da comunidade.

Nestas mesmas condições, também, pleiteia o Município de Jardim Alegre, hoje com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, com mais de 10 mil eleitores, e todos os dois prefeitos, de acordo com seus vereadores, darão todo o apoio à instalação dessas comarcas.

O Município de Borrazópolis talvez hoje não preencha com a sua população, as condições para a criação de Comarca, mas nos termos do artigo 204, item 4.º, parágrafo primeiro, poderá o Poder Judiciário incluir esse município, para a criação de sua Comarca.

Por isso solicito a aprovação dos nobres Deputados, a um requerimento que apresento hoje nesta Casa, para ser encaminhado ao Sr. Presidente do Tribunal, no sentido de que sejam incluídos esses dois municípios.

Apelo ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, para criação de Comarca. (Lê requerimento)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado, ao eminente Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, um apelo em favor da criação das Comarcas de BORRAZÓPOLIS e JARDIM ALEGRE, na elaboração da próxima divisão judiciária do Estado.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA.

Borrazópolis dista 31 km da sede da atual Comarca, não possui uma linha de ônibus regular o que dificulta o desenvolvimento de seu município. É um município em franco progresso, com terras de cultura da melhor qualidade, predominando o minifúndio, onde se espera uma expansão e desenvolvimento em ritmo mais acelerado, dada as condições e estrutura que hoje possui, com água, luz, telefone, pavimentação, agência do Banco do Brasil, torna-se necessário a autonomia no atendimento judiciário para melhor atender a sua comunidade, evitando que agricultores ao pleitearem seus financiamentos na Agência do Banco do Brasil de Borrazópolis tenham que se deslocar à Faxinal exclusivamente para proceder o registro de seus contratos em Cartório, vindo onerar os sofridos agricultores; o movimento forense e motivos acima mencionados justificam a necessidade, dando amparo a Comissão especial designada para opinar com base no Art. 204, item IV, § 1.º da atual Divisão Judiciária vigente.

JARDIM ALEGRE, pela área de seu município, sua população, eleitores inscritos, a pujança do município com sua produção e franco desenvolvimento, a estrutura que possui, justifica a criação de sua Comarca vindo beneficiar a população e dar melhores condições na agilização dos trabalhos forenses.

Em ambas Comarcas pleiteadas os Prefeitos oferecem todo apoio para suas instalações.”

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — No Grande Expediente,

concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo trazer à tribuna, os graves incidentes que vêm ocorrendo na cidade de Palmas, onde alguns professores estão sendo processados administrativamente pela Secretaria de Educação e Cultura.

Chamaria à Casa a atenção para acompanhar esses fatos, porque evidentemente este Poder, deve estar a par de coisas tão impressionantes que ocorrem na educação deste Estado.

(Lê): “Em outubro de 1980, a classe do magistério paranaense parou suas atividades, quando desencadeou o Movimento Educação e Justiça — mobilização por melhores condições de ensino. Adesão dos professores foi tão expressiva ao movimento, que a reduzidíssima parcela dos que discordaram ficou por conta daqueles que ocupam cargos de confiança na educação do Paraná. Mas nem por todos, pois em muitos colégios, a altivez, a dignidade e o espírito de coleguismo determinaram que ficassem muitos diretores solidários às reivindicações do magistério e como consequência colocassem seus cargos à disposição.

Na cidade de Palmas — a capital cultural do Sudoeste — Diretores assim procederam e colocaram seus cargos à disposição e.

“COM ESTA ATITUDE NOBRE E CONSCIENTE OS DIRETORES CRESCERAM EM PRESTÍGIO PERANTE A CLASSE DOCENTE DO NOSSO MUNICÍPIO. FORTIFICARAM SUA LIDERANÇA E ASSUMIRAM UM COMPROMISSO MAIS SÉRIO COM A EDUCAÇÃO”.

(Trecho do memorial dos professores ao Prefeito Municipal de Palmas.)

Todavia em Palmas, este salutar exemplo não foi seguido pela Inspetora Regional, vereadora do PDS — que chamou a polícia para reprimir o movimento e dos colegas recebeu um unânime Voto de Repúdio, eis que:

“POR FALTA DE ARGUMENTOS RACIONAIS E USO DA FORÇA COMETEU ESTE ATO DE ARBITRARIEDADE E DESRESPEITO À CLASSE DOS PROFESSORES QUE TEM SE PORTADO ORDEIRA E PACIFICAMENTE”.

(Ato de Repúdio dos professores de Palmas à Inspetora Regional da 50ª IRE)

Desgraçadamente em Palmas os interesses menores também se opuseram aos interesses maiores da causa educativa. Comadres da Inspetora — Vereadora, apoiaram sua arbitrariedade a tal ponto que chegaram a assumir o risco de atropelarem seus colegas, ao investirem de automóveis para dissolverem piquetes de mobilização pacífica dos professores. Prova de que os resquícios de arbítrio e prepotência que a ditadura criou, não foram ainda eliminados pela simples revogação do AI-5 e do 477. Eles ainda existem infelizmente na intolerância e na mente estreita de muitas pessoas que participam do grupo que constitui os que se acham “donos do poder”.

Aqueles diretores altivos e conscientes de suas responsabilidades, foram trocados e quem perdeu, foi a educação. Registro aqui, para que a história mostre com quais critérios se está desgovernando esta Nação.

“A ESCOLHA DO NOVO DIRETOR DA ESCOLA SEBASTIÃO PARANÁ, PROFESSORA DEUSIMA LARA SAMPAIO, DESAGRADOU OS PROFESSORES DE PALMAS, POIS A MESMA MANIFESTOU-SE AFRONTOSAMENTE CONTRA O MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA E FOI A PROFESSORA MAIS RELAPSA E IRRESPONSÁVEL DA ESCOLA. JÁ QUE SOMOU, DE ACORDO COM O LIVRO PONTO, 112 (CENTO E DOZE) FALTAS NO ANO LETIVO DE 1980”.

(Carta Aberta dos Professores de Palmas –
Fevereiro de 1981)

Todos sabem que só a politicalha produz excrescências administrativas do gênero de preterir os mais capazes e altivos, pelos incapazes, relapsos e subservientes, e, que só na pusilanimidade e mesquinhez destas, — medra o arbítrio dos interesses escusos e inconfessáveis.

Ora, quem conhece a altivez e o preparo dos mestres palmenses, de antemão sabia que a classe não se conformaria com a nomeação da comadre da vereadora e do compadrismo que se implantou ultimamente naquela inspetoria.

Foi o que aconteceu.

A subseção da APP em 16-02-81, reuniu-se e elaborou um texto para protestar, contra o protecionismo da 50ª IRE, onde entre outras coisas denunciou:

“TODOS OS ANOS, FUNDAS AS AULAS, SURGEM PROBLEMAS NA ADMINISTRAÇÃO DAS ESCOLAS, NA DISTRIBUIÇÃO DE AULAS EXTRAORDINÁRIAS E COM PROFESSORES QUE LECIONAM NA FACULDADE”.

“TODO O COMEÇO DO ANO É SEMPRE A MESMA COISA. OS PROFESSORES EM VEZ DE RENUNCIAREM SUAS ATIVIDADES ESCOLARES COM ÂNIMO E PRINCIPALMENTE COM SATISFAÇÃO, SENTEM-SE DESANIMADOS, DEPRIMIDOS, REVOLTADOS E PROPENSOS A ENFRENTAR COM AZEDUME UM ANO TODO DE INTENSAS DIFICULDADES DE ORDEM TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DE ORDEM PEDAGÓGICA, ALÉM DAS DIFICULDADES FINANCEIRAS DECORRENTES DE UMA INFLAÇÃO ASTRONÔMICA DE UM CUSTO DE VIDA SUFOCANTE”.

E denunciavam os professores, a respeito da 50ª IRE: “AS COISAS SÃO TRAMADAS NOS BASTIDORES, NÃO EM BENEFÍCIO DOS ALUNOS, PORÉM, AO QUE ESTAMOS VENDO, PARA SATISFAZER AMBÍCIÕES PESSOAIS”.

A APP encarregou o professor Miraldo de Carli para efetuar a leitura deste texto na reunião de 18 de fevereiro, quando seriam distribuídas as aulas extraordinárias. Nesta ocasião o professor leu o documento da Associação dos Professores que sentiam ser imperioso, até por uma questão de brio da classe, fosse dito, alto e bom som:

“QUE A PROFESSORA DEUSIMA NÃO É A PESSOA MAIS INDICADA PARA ADMINISTRAR ESTA ESCOLA, PORQUE, TALVEZ, NÃO TEM CONDIÇÕES PSICOLÓGICAS PARA FICAR À FRENTE DESTA ADMINISTRAÇÃO, TENDO EM VISTA SEU PRECÁRIO RELACIONAMENTO COM GRANDE NÚMERO DE COLEGAS, EM CONSEQUÊNCIA DO MOVIMENTO EDUCACIONAL E JUSTIÇA, QUE CONTINUA MAIS FORTE DO QUE NUNCA”.

“SUAS ATIVIDADES FORAM, NA OPORTUNIDADE, AFRONTOSAS À CLASSE DO MAGISTÉRIO. BEM COMO AFRONTOSAS AO DIRETOR DESTA ESCOLA PROF. NELSON ARAÚJO. POR VÁRIAS VEZES HOVE ATRITO ENTRE ELES”.

“POR OUTRO LADO, DIZIAM OS PROFESSORES, ACHAMOS QUE A REFERIDA PROFESSORA FOI IRRESPONSÁVEL PERANTE ESTA ESCOLA, PERANTE SEUS ALUNOS, POIS, NUM LEVANTAMENTO FEITO POR UM GRUPO DE PROFESSORES, CONSTATOU-SE QUE ELA TEVE, NADA MAIS, NADA MENOS QUE 112 (CENTO E DOZE) FALTAS, NO ANO LETIVO DE

DE 1980, SENDO, PORTANTO, A MAIS RELAPSOSA”.

E pela voz do Professor Miraldo, que lia o documento da APP, foi questionado, porque a consciência da classe, impeliu a questionar:

“SE ESTE É O MELHOR CRITÉRIO PARA A ESCOLHA DE UM BOM DIRETOR? O MAIS RELAPSO DE TODOS TEM CONDIÇÕES DE EXIGIR QUE SEUS COLEGAS CUMPRAM COM SUAS OBRIGAÇÕES? E FINALMENTE, SERÁ QUE O PROF. NELSON ARAÚJO QUE FOI COLOCADO NO CARGO PELA INSPETORA REGIONAL, MERECE DESPREZO, TANTO ASSIM QUE VEIO A TOMAR CONHECIMENTO DE SUA EXONERAÇÃO SOMENTE NO DIA EM QUE A PROFESSORA DEUSIMA ASSUMIU?”

No dia seguinte a comadre da vereadora, que fora considerada, pelos professores de Palmas, — a pessoa menos indicada para o cargo de direção — deu sobejas provas desta afirmação, ao conseguir que algumas pessoas apaniguadas da 50ª IRE, testemunhassem contra o Prof. Miraldo de Carli, induzindo-as a trocarem a expressão “NÃO TEM CONDIÇÕES PSICOLÓGICAS”, pela expressão “NÃO TEM CONDIÇÕES PSÍQUICAS E MORAIS”, que então teria sido usada pelo acusado, quando da leitura do documento da APP.

E assim, “como as coisas são tramadas nos bastidores” foi armado um esquema punitivo contra o porta-voz dos professores, no visível intento de calar a aguda consciência dos mestres palmenses, pelos problemas institucionais que a causa da educação enfrenta. Este esquema punitivo, tornou-se claro pelos seguintes fatos:

- 1 - a comadre da Inspetora o processa criminalmente,
- 2 - a Inspetora corre a Curitiba e aqui apresenta requerimento que por seu conhecido estilo leva a crer ser de autoria de membro da própria Comissão Permanente que apura faltas funcionais aqui de Curitiba;
- 3 - instaura-se inquérito administrativo por indisciplina,
- 4 - suspende-se o Prof. Miraldo, por trinta dias, como medida acautelatória,
- 5 - o inquérito administrativo começa e a Comissão Permanente se desloca até Palmas, para levantar os fatos, mas impede-se o acusado de se fazer acompanhar pelo defensor para serem ouvidas as testemunhas e só depois de muitas gestões é permitida a presença de advogado;
- 6 - em Curitiba onde a Comissão está sedida, nega-se vistas dos autos, para que o defensor possa formular a defesa. Aqui não adiantam as gestões e a defesa é compelida ao Mandado de Segurança, para “ter vista” dos autos do inquérito administrativo,
- 7 - ao invés do CONSELHO DO MAGISTÉRIO julgar e portanto processar a denúncia contra o professor, encarrega-se uma Comissão Permanente que não está prevista nem no Estatuto dos Funcionários Cíveis e nem no Estatuto do Magistério.”

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino. O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Nilso Sguarezi, o impasado de Palmas, já vem de longe e eu mesmo já assumi essa tribuna, para me posicionar com relação às injustiças que ali estão sendo praticadas. São manobras de natureza político-partidária e é conhecido esse método no Estado do Paraná: a perseguição e às vezes, eu tenho aqui um rol de denúncias com relação ao problema de Palmas. Já houve reunião dos professores em Francisco Beltrão. Denunciou-se fatos que Vossa Excelência traz à tribuna. Em Ivaiporã, reunião dos professores, novamente denunciaram-se essas arbitrariedades e a Secretaria de Educação fecha os ouvidos hermeticamente e não dá a mínima importância ao movimento do Magistério. É o mesmo critério que foi usado com relação às reclamações dos agri-

cultores de Itaipu.

O sistema se fecha, se enclausura hermeticamente, deixa do lado de fora o clamor público. Não tem o menor interesse de resolver o problema do Magistério, porque o problema do Magistério se confunde com o problema do professor e não é só o professor Miraldo, Deputado.

Vossa Excelência deve ter nas mãos um documento em que os professores Eurides Rosseto, Nicéia Aparecida dos Santos Lustosa e Valcyr Coferrau estão também sendo vítimas de inquerito administrativos.

O que é isso Deputado, senão a intimidação, o abuso de poder, a insensibilidade e a insensatez administrativa. Ora, acima dos interesses políticos partidários e locais e de alguns interesses inconfessáveis, está o interesse da educação.

Não é possível que uma classe inteira de professores, se manifestem favoravelmente às reclamações dos professores de Palmas, e só a Secretaria de Educação, para privilegiar vereadores e é o caso daquela inspetora de ensino. Aliás, Deputado, não é só lá em Palmas.

Palmas não é privilegiada nisso não. Em Cascavel há a mesma coisa. Já denunciei aqui dessa tribuna também, Deputado, noventa e seis crianças estão sem aula, num dos bairros de Cascavel, porque o Sr. Secretário de Educação, mandou uma comissão a Cascavel e orientada quem sabe pela Inspeção de Ensino de Cascavel, que ganha do Estado e ganha do município. Do Estado ganha vinte e seis mil e uns quebrados e mais cento e quinze mil do município, para fazer arbitrariedades. Esta é a realidade do Paraná, deste Paraná que está vendo no vídeo-tape toda hora, o que o Governo está fazendo para o magistério, para a educação, para o ensino e para a progressão econômica do Estado do Paraná.

Cumprimento Vossa Excelência e é preciso que esta Assembléia socorra o magistério, antes que os nossos filhos morram na ignorância.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte de Vossa

Excelência. Como eu disse, foi montado um verdadeiro esquema punitivo. Num conluio perfeito entre a Inspeção Regional e a Secretaria de Educação, lamentavelmente, tendo à testa, o Sr. Secretário do Estado.

Mas, quero continuar na exposição dos fatos.

Tudo isso para punir quem não praticou crime algum e nem cometeu qualquer falta disciplinar. Na verdade o Professor Miraldo de Carli, como PORTA VOZ, da Subsele da APP de Palmas, cumpria direito estatutário e constitucional reconhecido oficialmente pelas autoridades estaduais e educacionais. O documento lido estava assinado pela diretoria da APP e só foi elaborado depois de reunião em que se discutiu a posição da entidade, frente aos desmandos da 50.^a IRE. Foi a crítica conscienciosa e responsável, lastreada na verdade e dita com coragem dos que tem consciência de que discordar não é indisciplina, mas opor-se legitimamente as coisas erradas e as injustiças. Todavia porque se disse a verdade, e sempre que a verdade nua e crua é dita, para criticar os intolerantes e prepotentes, ela se torna motivo para punições.

Só os idealistas lutam com obstinação em favor da verdade e costumam pagar o preço, porque ela soa aos donos do poder como bofetões desferidos em suas faces, porque se enrubescem de vergonha, ante a falta de argumentos para defenderem-se.

Que dizer, por outro lado da maquinação, daquelas pessoas que não tendo meios de reagir as injunções do poder são obrigadas a fazer o jogo sujo dos depoimentos falsos? Daqueles que por interesses cumprem a tarefa do dedodurismo. Daqueles que desacostumados com a democracia, não entendem que é na discussão permanente e na crítica indispensável que se encontra a correção de novos rumos. Daqueles que

por medo ou omissão ficam esperando o resultado da luta heróica, travada pelos destemidos e pelos valentes. Todos estes com certeza não estiveram e não estarão ao lado da verdade, porque se escondem no limbo escuro e na sombra dos poderosos, esperando que as migalhas satisfaçam seus apetites inconfessáveis.

A hierarquia funcional não pressupõe a submissão, mas tão pouco autoriza o arbítrio. Ela é a sistematização das regras e dos comportamentos humanos livres para que seja possível a consecução de objetivos explicitados. Ora, se educa o homem para que ele seja consciente, ativo e honesto. Para educar, usa-se o mestre, e, este como instrumento da educação, deve ser apto, consciente, autêntico e avesso às injustiças. Assim não foi ferida a hierarquia porque o procedimento do Professor Miraldo e da APP, foi dentro daqueles parâmetros de zelo e urbanidade que se exige de um bom educador.

Neste particular, abro um parêntesis, para o depoimento pessoal de quem conhece o Professor Miraldo de Carli desde longos anos e por ele posso testemunhar ser mestre virtuoso e competente, cidadão exemplar e de grande conceito social. Sua exemplar atividade profissional, o conceitua perante o Magistério Palmense, pois é da estirpe de professores que ensinam por verdadeiro apostolado, fazendo de seu modus vivendi o grande exemplo para formar homens e não sabujos. É homem que sabe e assume conscientemente os sacrifícios e as momentâneas incompreensões porque passa, até que a verdade seja totalmente restabelecida.

Mas até que isso ocorra, novas injustiças se cometem em Palmas, não só contra este mestre, mas a todos os que assumiram a liderança dos que lutam para restaurar a ordem natural das coisas na 50.^a IRE.

"O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º 758/81, DE 8 DE ABRIL DE 1981, DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, CONTRA OS PROFESSORES EURIDES ROSSETTO, VALCIR COFERAI E NICÉIA LUSTOSA".

porque estes mestres lideraram as manifestações de solidariedade ao professor Miraldo de Carli.

"ESTE FATO CARACTERIZA CLARAMENTE A INTENÇÃO DE INJUSTIÇAR OS QUATRO REPRESENTANTES DA SUBSEDE DA APP DE PALMAS E AMEDRONTAR OS DEMAIS MEMBROS DESTA ASSOCIAÇÃO, PENSANDO QUE TAIS ATITUDES IMPEDIRÃO QUE A VERDADE SEJA LEVADA À PÚBLICO PELOS DEMAIS PROFESSORES, QUE CÔNSCIOS DE SUAS RESPONSABILIDADES PERANTE A ESCOLA E A COMUNIDADE, JAMAIS SE OMITIRÃO"

(Denúncia das novas injustiças, em 02.05.81)

E por que trago estes fatos ao plenário deste Parlamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Não foi aqui já dito por acaso que um simples ofício de Deputado é suficiente para a troca de delegado de polícia, de um inspetor de ensino e de um diretor de colégio? (Anais em 28.05.80) Trago aqui este caso porque ele patenteia as vítimas, as injustiças e as arbitrariedades do famigerado "COMANDO POLÍTICO". Os responsáveis pela educação precisam ficar sabendo que a imprensa e a opinião pública ficarão sabendo da politicalha que empesta a nossa educação. É preciso que aqui se explique também o Governo do Estado, que afirmou pela palavra do Sr. Secretário de Educação e por ofícios que

"O PROVIMENTO DE CARGOS DE CONFIANÇA E CHEFIAS NA ESFERA DESTA SECRETARIA, SÃO DE EXCLUSIVA COMPETÊNCIA DE SEU TITULAR".

Mas que foi categoricamente, desmentido, também por ofício, pelo Sr. Prefeito de Palmas, ao afirmar que para

os cargos de confiança

**"CONTINUA PREVALECENDO O SISTEMA ADO-
DO PELA LIDERANÇA POLÍTICA LOCAL OU RE-
GIONAL".**

Trago os fatos e deixo os documentos a disposição dos que se interessarem por eles, porque fico intrigado e na dúvida se devo acreditar no Prefeito ou no Secretário. O primeiro, apesar de condenado criminalmente naquela Comarca de Palmas é o detentor do —comando político— e como tal o que realmente escolhe os nomes e o segundo que se arroga competência o fez pelo ofício 1.097/81 de primeiro de abril ...e como isso é piada mesmo, o caos educacional continua em Palmas, e continua porque

**"ORIGEM DE TODOS ESSES FATOS ENCONTRA-SE
NA NOMEAÇÃO E MANUTENÇÃO NO CARGO DE
INSPETORA REGIONAL DE ENSINO, ENY APARE-
CIDA NILLA TIVES, TAMBÉM VEREADORA DO
PDS".**

(Denúncia de novas injustiças — 02.05.81)

Mas enquanto o esquema punitivo se alastra sobre a liderança do Magistério, inclusive ao arrepio do próprio Estatuto do Magistério, a comunidade se manifesta em favor dos mestres perseguidos.

Moções de apoio e solidariedade acontecem em todas as Assembléias do Magistério Paranaense, porque informado está da conduta ilegal e politiqueria dos que administram a educação no Paraná. Por outro lado a comunidade palmense está intranquila com o desdobramento dos fatos, o que levou os Padres da Igreja Católica a solicitarem imediatas providências para que a harmonia da família palmense seja recuperada.

Inconformados com as injustiças e com o prejuízo que estão sofrendo ante os desmandos da 50.^a IRE, os estudantes se mobilizaram. Formularam abaixo-assinados às autoridades, apoiaram os mestres quando estes em protesto pela punição do Professor Miraldo, pararam por dois dias as aulas e organizaram passeata de protesto no dia em que a Comissão Permanente esteve em Palmas, com a presença de mais de mil e quinhentos estudantes, na cabal demonstração da extensão e revolta dos alunos, contra o que atribuem sem "UMA SUJEIRA" contra os mestres, quando afirmaram em seu abaixo-assinado ao prefeito detentor do comando político:

**"CRIOU-SE UM CONFLITO E AGORA O PROFES-
SOR MIRALDO DE CARLI ESTÁ SENDO PREJU-
DICADO SEM MOTIVOS JUSTOS. ACHAMOS QUE
ESTÁ HAVENDO UMA INJUSTIÇA, JÁ QUE ESTE
É UM DOS MELHORES PROFESSORES QUE A ES-
COLA POSSUI. ESTE EDUCADOR MUITAS VEZES
SE SACRIFICOU PARA ENSINAR SEUS ALUNOS
À ALTURA, NUNCA DEU MOTIVOS PARA HOJE
ESTAR SENDO VÍTIMA DESTA SUJEIRA :ESTE
EDUCADOR TEM GRANDE PRESTÍGIO ENTRE
OS ESTUDANTES ENQUANTO NOSSA INSPETO-
RA PERDEU TOTALMENTE O PRESTÍGIO ENTRE
OS PROFESSORES E ESTUDANTES"**

(Abaixo-assinado dos alunos ao Prefeito)

Porém a intolerância política tomou conta de Palmas. A passeata dos estudantes foi dissolvida pela polícia, que no visível jogo da 50.^a IRE, chegou a chamar reforços do 3.^o BTL da PM de Pato Branco, para dar a impressão de que o clima descambaria pela violência, quando na verdade os estudantes queriam apenas exteriorizar o seu descontentamento e também sua solidariedade aos punidos pela inspetora regional. Num ponto talvez a inspetoria regional esteja certa, ao chamar a polícia ou seja que a situação já escapou de seu controle e daí a razão para apelar até para a polícia, como se isso fosse expediente normal para quem tem o controle e responsabilidade para com uma repartição educacional.

Com certeza aquela inspetoria viu ou tomou conheci-

mento do aparato policial que se mostrou aqui em Curitiba quando os professores foram ao Palácio Iguazu para pleitear seus direitos. E como o exemplo mostra, a inspetora acha normal o seu procedimento, aliás no Brasil, depois que as verbas da educação foram reduzidas, não é de estranhar-se que a educação virou um autêntico caso de polícia.

Torço pelo restabelecimento da normalidade, coisa que só se conseguirá com o afastamento da atual inspetora e que é hoje a reivindicação maior da classe. Advirto porém ao Sr. Secretário da Educação, que se espera calar os que levantam a verdade do que acontece de errado, irregular e injusto na 50.^a IRE, punindo ilegalmente professores, Sua Excelência está redondamente enganado, pois a cada mestre perseguido, a cada professor punido, a cada estudante prejudicado, outros tantos se levantarão para carregar a bandeira que quer devolver a normalidade e o bom senso na administração daquela inspetoria regional.

Todavia como representante daquela região faço um desafio ao nobre Secretário da Educação. Determine Sua Excelência um plebiscito em Palmas para averiguar a opinião do magistério, da comunidade e dos alunos, se preferem a permanência da atual inspetora, ou se ficam com os mestres punidos. Este, data vênha, é o único expediente que a Secretaria da Educação dispõe para comprovar que a sua preocupação pelo hojem — falácia tão explorada pelo atual plano de governo — é uma realidade, não apenas, como nós da oposição afirmamos, demagogia partidária.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência está colocando muito bem que nós não podemos ter injunções políticas no Magistério. Nós admiramos a sua conduta. Mas, cargos de confiança, Sr. Deputado, cargo de confiança - e Vossa Excelência indica no seu gabinete, deve ser respeitado. Cargo de confiança que o Sr. Secretário indica, deve ser respeitado. Quando um funcionário seu deixar de seguir a sua orientação, automaticamente, ele não está merecendo a sua confiança. Acho que Vossa Excelência tem razão da classe sofrida do professorado. Merece a nossa atenção. Mas cargo de confiança, tenha paciência, ilustre Deputado, porque não vai querer Vossa Excelência indicar um funcionário do seu gabinete, que não siga a sua orientação. Permita-me pois, discordar apenas desta parte, de Vossa Excelência. Não tenho aqui autoridade para defender também o Prefeito de Palmas, que também tem um cargo de confiança outorgado pelo povo. Se ele foi eleito pelo povo, ele está respondendo por uma parcela majoritária daquela comuna.

E cargo de confiança, permita-me Vossa Excelência, um moço inteligente, um moço que sabe aonde tem a cabeça, sabe onde tem os pés. Mas eu quero discordar de Vossa Excelência, porque na hora que um funcionário seu, deixar de atender a sua orientação, já não merece a sua confiança.

Era este apenas o aparte que queria dar a Vossa Excelência, e quero dizer que esse seu passe de magia ao querer colocar o Sr. Secretário de Educação, contra essa classe laboriosa de professores está totalmente errada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Nobre Deputado, a Presidência informa que resta um minuto do tempo de Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, eu requeiro então inicialmente, que dê por concluído, todo o meu pronunciamento.

Mas quero dizer, aos Srs. Deputados o seguinte.

Não estou jogando o Sr. Secretário da Educação, contra a classe do Magistério. Em Palmas, a sua comunidade sabe

muito bem dos fatos. Porque inclusive, o desdobramento desta situação foi tão grande, abalou tanto a comunidade, que todo mundo tem se manifestado favoravelmente aos professores.

Os alunos fizeram uma passeata com mais de 1.500 estudantes. E qual foi o procedimento da Inspeção Regional de Ensino? Mandou chamar Polícia do Batalhão em Pato Branco, para dissolver a passeata. Então, a base de tudo isso é o desmando que existe na quinquagésima inspeção. E a origem de toda esta celeuma é que o Comando Político foi o responsável disso. Porque nomeou para diretor desta escola, exatamente aquela professora que no ano passado deixou de comparecer a 46% dos dias em que houve aula. Se dá como prêmio à irresponsabilidade à incompetência, o cargo de Diretor.

Este Comando Político pode ser defendido?

Ora, Srs. Deputados. Isto não é só brincar, é abusar, sinceramente, é abusar da educação no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Gilberto Carvalho) A Mesa consulta à Liderança do PMDB se pretende usar do seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH - O Horário da Liderança do PMDB, Sr. Presidente, será usado, 5 minutos pelo Deputado Darcy Deitos e os demais, pelo Deputado Deni Schwartz. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Gilberto Carvalho) Com a palavra o Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Nilso Sguarezi, em outubro de 1979, propôs a esta Casa, o Projeto de Lei n.º 172/79 "que institui o regime de remuneração dos assistentes judiciários e defensores dativos" e justificativa:

"Inúmeros são os advogados paranaenses que, idealisticamente, deixam de atender clientes que pagam honorários, para darem atendimento às nomeações dativas da justiça".

Na verdade o plano de lei é necessário e imperioso para este Estado. Na maioria dos Estados brasileiros isso já foi resolvido e o Estado do Paraná tem que assumir este ônus, que está recaindo sobre os advogados.

O abusivo aumento da taxa judiciária deixa maior responsabilidade ainda ao Poder Público, que está conseguindo vultuosos recursos e nenhum novo ônus lhe foi atribuído, depois do reajuste astronômico que aquela taxa sofreu no fim do ano passado.

Lamento, Sr. Presidente, que este Poder também esteja sendo omisso neste aspecto, pois senão vejamos:

O Projeto de Lei do Deputado Sguarezi sob n.º 172/79 deu entrada na C.C.J. em data de 23 de outubro de 79 e foi distribuído ao relator, na mesma data. Em reunião da C.C.J. foram solicitadas diligências, a Comissão ouviu o Procurador Geral do Estado em maio de 80, e em agosto foi restituído ao relator para o devido parecer.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são passados dez meses e o parecer ainda não foi dado. Data vênha, não há mais argumento que justifique tal demora. O projeto tramita na Casa há mais de ano e meio, e ele é de necessidade reconhecida e sentida. O Estado dispõe dos recursos que a nova taxa judiciária está produzindo. Os advogados se negam ao atendimento gratuito o que é racional e as pessoas necessitadas, ficam prejudicadas pela falta de quem as defenda na justiça.

Daí, Sr. Presidente o apelo que fazemos ao Sr. Relator da matéria que se manifeste sobre o assunto, pois reiterados pedidos de advogados do Estado, são feitos para saber porque o plano de lei ainda não foi apreciado pela Casa.

Ademais, Sr. Presidente, a omissão do Poder Legislativo, neste caso, em nada contribui para o processo de abertura que se esboça e muito menos para que as prerrogativas do Poder, nos sejam devolvidas.

Mesmo que se entenda, não aprovar o projeto acho que o Regimento Interno deve ser obedecido, razão porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, invoco do Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Art. 60 do Regimento Interno, as providências necessárias para que a matéria tenha seu curso normal.

Então, solicito desta tribuna, que Vossa Excelência tome as providências cabíveis junto ao Presidente da C.C.J. desta Casa, para que o Projeto de Lei 172/79 tenha o seu trâmite legal, e que venha a Plenário para votação.

É o que nós solicitamos, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Gostaria de esclarecer a Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da C.C.J. que recebemos recentemente um ofício do nobre Deputado Nilso Sguarezi, solicitando urgência para apreciação da matéria proposta por Sua Excelência no Plenário da C.C.J. E, tão logo recebemos esta solicitação, nós, imediatamente, determinamos à Senhora secretária da Comissão para que, junto ao Sr. Deputado Relator fossem feitas gestões, a fim de que a matéria seja, efetivamente, o mais rapidamente possível, trazida a debate ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Daí porque, esclareço a Vossa Excelência, que as providências por parte desta Presidência, foram tomadas.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS - Nós agradecemos o seu esclarecimento, nobre Presidente da C.C.J., mas, inúmeros pedidos têm sido feitos pelo interior do Estado do Paraná, inclusive temos aqui correspondência da OAB, Seção de Pato Branco; da OAB, Seção de Campo Mourão, que também pedem urgência na tramitação dessa matéria que é de relevância para a classe dos advogados do Paraná.

Agradeço, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que, hoje, é o dia da Educação porque o nobre Deputado Nilso Sguarezi trouxe ao conhecimento da Casa, o problema que vem se arrastando, há bastante tempo, no Município de Palmas.

Há pouco tempo, tivemos o problema em Marechal Cândido Rondon, e a nível municipal, tivemos o problema em Toledo.

Sr. Presidente, Srs. Deputado, ainda no correr da semana passada, fui informado de que também lá no Sudoeste, na cidade de Pérola d'Oeste, problema semelhante ao de Palmas estava ocorrendo, quando, por insistência do Sr. Prefeito Municipal, o Diretor do Ginásio local estava sendo exonerado.

Por acharmos que mais vale um bom acerto do que uma grande disputa, telefonamos à Secretaria da Educação e comunicamos o fato ao Sr. Secretário, com o único intuito de alertar para o problema, já que tomamos conhecimento que, praticamente, toda a cidade de Pérola d'Oeste estava solidária com o Diretor daquele Estabelecimento de Ensino.

Tenho em mãos inúmeros abaixo-assinados, de alunos, pais de alunos, vereadores e membros da sociedade de Pérola d'Oeste, que demonstram, precisa e claramente, o acerto com que vinha se comportando o Diretor a ser exonerado, levamos isso ao conhecimento do Sr. Secretário da Educação.

Homem de Oposição, fazíamos um apelo para que o problema fosse bem estudado. Mas, não ficou aí o problema. Alunos, professores, vereadores, inclusive o Presidente do PDS local, em defesa de seu Secretário, porque é bom que se esclareça que o Diretor daquele estabelecimento de ensino, do Colégio Estadual Padre Anchieta - cuja cabeça o Prefeito exigia, era e é, Secretário do PDS local.

Portanto, o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que, infelizmente não se faz presente, no momento, interferiu em favor daquele Diretor.

Este Deputado, se bem que sendo de Oposição, também solicitou em nome daquela sociedade, pelo Diretor.

Enfim, inúmeras pessoas, também a Associação dos Professores do Paraná fizeram apelo para que aquela demissão fosse melhor estudada.

E o que ocorreu, Srs. Deputados?

Nem o Deputado do PDS, nem o Deputado do PMDB, nem a sociedade, principalmente, a sociedade de Pérola d'Oeste, principalmente, os diretores e alunos, foram ouvidos.

Quem foi ouvido?

Naturalmente, num regime como o nosso, sempre se dá ouvidos àquele que é mais amigo, àquele que diz palavras agradáveis.

Assim como ocorreu em Palmas - e é bom que se diga, o Deputado que tem o comando político, não foi ouvido. É bom que se esclareça que o Deputado Luiz Roberto Soares disse, pessoalmente, que lavava as mãos dos problemas de Palmas, porque era exigência do Prefeito!

Lá, em Pérola d'Oeste, um Prefeito nomeado, que não tem votos, mas que tem, atrás de si, não Deputados, mas ex-Deputado.

E é bom que esta Casa saiba, um ex-Deputado, que usa funcionários desta Casa, e que recebe um polpudo vencimento de um Deputado Federal, aí, no centro da cidade, e que recebe também um vencimento do Tribunal de Contas e está, esta é a verdade, assim como mais mortos reinam os vivos, este semi-morto está a comandar os interesses da população de Pérola do Oeste, os interesses da educação de Pérola do Oeste.

Não importou o apelo feito pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, não importou o fato deste Deputado ter solicitado que se estudasse melhor. Não importou que a Associação dos Professores do Paraná pedisse que fosse feita uma investigação mais a fundo. Importou, isso sim, o pedido daqueles mortos que procuram reinar os vivos; e o drástico, Srs. Deputados, o incrível sobre o caso, é que até o ilustre Deputado da Bancada da Situação, o ilustre Deputado José Domingos, em data de ontem, já colocou no seu programa policial, a Cidade de Pérola do Oeste, pois ontem no programa policial do nosso ilustre Deputado José Domingos, o assunto foi a surra, foi a pancadaria que a Polícia Militar do Estado do Paraná, sediada em Santo Antônio, chamada a impedir as manifestações de escolares, pais, alunos e professores, chamada a Pérola do Oeste, está a provocar naquela cidade.

E o que alega aquele Prefeito, aquele Prefeito nomeado para tirar o diretor daquela escola, conforme disse ontem, em entrevista a uma Rádio de Francisco Beltrão, alega simplesmente o seguinte: "há um ano estou a pedir daquele diretor a lista de professores que participaram, no ano passado, da greve dos senhores professores e esta lista não me foi entregue".

"Também no início deste ano, indiquei professores, meus amigos, para que viessem a dar aulas naquele colégio, e o senhor diretor se negou a isso".

Vejam a que ponto está a nossa educação e é bom que o Sr. Secretário, que não tem forças para impedir o que está ocorrendo em Pérola do Oeste, onde na noite de ante-ontem, até uma missa, até os estudantes que aguardavam a tarde para rezarem uma missa, foram dispersados pela Polícia Militar

deste Estado, realmente Srs. Deputados, realmente educação neste Estado, realmente não está no lugar certo. É um caso de polícia, é um caso para José Domingos, porque infelizmente para impedir que rapazes e moças de doze, treze, oito, nove, dez anos, para impedir que essas crianças com seus pais, para impedir que os professores e vereadores daquele município, se manifestassem, um contingente da Polícia foi chamado.

Realmente e infelizmente se transformou a Educação paranaense, num caso de polícia.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No horário da Liderança do PDS, com a palavra o vice-Líder, Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para dar ciência à Casa, da decisão há pouco tomada pelo Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, ao julgar o pedido de "habeas corpus" impetrado pelo professor Alcides Munhoz Neto, como representante legal de cinco jornalistas profissionais paranaenses, acionados na Justiça, por fazerem publicar e transmitir declarações públicas prestadas recentemente em Curitiba.

Devo primeiramente mencionar o interesse expressivo de toda uma classe, pelo desenrolar deste julgamento. O aca-nhado recinto do Tribunal de Alçada do Palácio da Justiça aqui em Curitiba, ficou menor ainda diante da presença altamente expressiva, quantitativa e qualitativamente, de profissionais da comunicação social do nosso Estado, de juristas, de advogados, de pessoas interessadas na preservação desta qualidade própria do regime democrático, que assegura ao profissional de imprensa o direito sagrado de informar, de transmitir notícias, de fazer publicar informações e de se for o caso, assumir responsabilidade, por aquilo que é dito ou que é publicado.

Não se trata no entanto, neste caso especificamente, da descoberta ou da constatação da autoria da informação. Porque está claro, não só nos autos, como está claro para a opinião pública do Paraná e do País, que as declarações foram prestadas pelo pai de um garoto que fora vítima no recinto privado de uma sauna em Curitiba, de um possível atentado.

O que se pretende e esta Casa se manifestou por parte de várias bancadas, e me permito mencionar especialmente, os depoimentos do Deputado Nilton Friedrich, do Deputado Nilso Sguarezi e do Deputado Fiori Luiz, o que se pretende e esta Casa se pronunciou a este respeito, é que se assegure com toda tranquilidade, o direito do profissional de imprensa de divulgar matérias cuja autoria não seja sua, mas, cuja autoria, é de declarantes que não podem porque não têm o direito de querer ignorar que a pessoa ao se dirigir ao jornalista numa entrevista, particularmente, tem o conhecimento prévio sim, de que aquelas suas declarações, serão utilizadas pelos meios de comunicação social.

E foi esta a interpretação que os autores da ação pretenderam dar, contrariando a regra implícita, de que quem fala ao jornalista e não pede reserva, automaticamente, tacitamente, autoriza a publicação das suas declarações.

E o crime que se pretendeu imputar aos jornalistas, foi o de publicar nos jornais, de transmitir pelo rádio e pela televisão, as afirmações daquele pai angustiado que, certamente, cometeu injustiças ao afirmar publicamente, que um juiz e um promotor corrompidos por interesses escusos, estavam a libertar, estavam a relaxar a prisão do réu.

Por isso, venho à tribuna nesta tarde, para com júbilo dizer, que o Tribunal de Alçada, reconheceu o direito de "habeas corpus", concedendo-lhes e, ao mesmo tempo, determinando a anulação do processo a partir do recebimento da denúncia. Porque não houve o acolhimento da autoridade

judicial, para que fosse ouvida uma das peças mais importantes que deveria constar nos autos, qual seja, a fita magnética contendo as declarações daquele cidadão. E a audiência desta fita, conseqüentemente, inocentaria os jornalistas, que não se utilizaram em momento algum de qualquer expediente doloso para repercutir de forma mais sensacionalista, as declarações do pai daquele garoto.

Vejo portanto, nesta decisão, a possibilidade concreta, materialmente clara, da manifestação ainda mais soberana do nosso Poder Judiciário. Sem que se cerceie o direito de defesa de quem quer que seja. Porque a peça basilar dos autos deveria ser, sem sombra de qualquer dúvida, a fita magnética contendo a entrevista coletiva do pai do garoto; porque esta é a peça que pode realmente caracterizar a intenção simplesmente clara, meridiana, do profissional de imprensa de transmitir e publicar aquilo que fora dito.

Que este exemplo fique muito bem marcado, para que neste País não se proliferem as afirmações, como hoje estão se proliferando, de que a nossa imprensa desvirtua, de que a nossa imprensa peca, de que a nossa imprensa está infiltrada e de que a nossa imprensa, às vezes, irresponsavelmente, manipula declarações.

Por isto, existe uma legislação neste País e por existir esta legislação específica é que estamos aqui, desta tribuna, para dizer que acreditamos piamente na inocência dos jornalistas que, em nenhum momento, se utilizaram de qualquer expediente doloso para dar repercussão àquela declaração.

O Sr. Nilton Friedrich — Permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, queremos nos somar mais uma vez àqueles que hoje podem respirar um pouquinho mais aliviados neste ar um tanto carregado de acusações em cima da imprensa hoje, no Brasil.

Parece que os Juízes ao tomarem aquela decisão, trancando a ação proposta, o envolvimento, estão colaborando com todos aqueles que com seriedade entendem que o melhor remédio para a meia democracia é uma democracia inteira. Que o melhor remédio para a pouca liberdade é a liberdade completa. E aos homens de imprensa entendemos que a censura ou a autocensura para tratá-la melhor, é a liberdade de pensamento absoluta.

Por isto, a decisão, acima de tudo, vem também empurrar um pouco mais esta nossa conquista, esta luta, num processo difícil, para obtermos a liberdade de pensamento, a liberdade de opinião, exatamente que é um dos setores fundamentais, para que tenhamos a democracia plena que sonhamos.

Muito obrigado e tomara que os tribunais possam exteriorizar, ainda mais, a aspiração nacional em questões como esta e ter a independência, a sobriedade de, como a Nação inteira, impulsionar esta democracia no rumo que pretendemos. Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço ao Deputado Nilton o aparte, bastante claro e sinto-me feliz em poder incorporar a este pronunciamento que simplesmente procura reparar uma injustiça que se pretende praticar não simplesmente contra cinco jornalistas profissionais, mas contra toda uma classe, contra a instituição, contra a imprensa deste Estado.

Aliás, é bom que se esclareça e que se enfatize que já se tornou comum no Brasil dizer e depois desdizer. Ainda há pouco estávamos em Brasília e líamos, na grande imprensa nacional, uma declaração de um Senador da República e, mais tarde, um de seus pares afirmava que aquela declaração talvez não devesse ser levada na conta literal do que constava nos jornais; como se os profissionais de imprensa tivessem o poder de falar por outros ou por seus entrevistados.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que a decisão de hoje do Tribunal de Alçada confere à sociedade,

como um todo, a oportunidade de poder constatar com quem está a verdade. E não tenho dúvida alguma que a verdade está ao lado daqueles que se serviram, profissionalmente, de declarações para cumprir sua tarefa profissional.

Sr. Presidente, gostaria de abordar também o 25º aniversário de circulação do semanário "Voz do Paraná".

Ao completar vinte e cinco anos de circulação o semanário "Voz do Paraná" bate alguns recordes memoráveis na imprensa nacional. É, no Brasil, um dos poucos veículos católicos de existência tão prolongada, e é, não só no País como em todo o mundo, uma das raríssimas exceções de jornal católico mantido por leigos, e não diretamente pelo clero.

Dom Manuel da Silveira D'Elboux costumava repetir "se o apóstolo Paulo ainda fosse vivo, certamente seria jornalista". Com esta frase o arcebispo fundador de "Voz do Paraná" traduzia sua aguda consciência sobre o papel da imprensa como instrumento de evangelização. E é esta missão, de evangelização, a que vem servindo "Voz do Paraná", em sua longa trajetória.

Gerido inicialmente pela Congregação dos Padres Claretianos o semanário passou, em 1968, a ser publicado sob a chancela da Editora Evopar, empresa constituída por seis leigos católicos sob a direção do médico e jornalista Roaldo Koehler e com a orientação profissional do jornalista Aroldo Murá Haygert.

Nesta época "Voz do Paraná" deixava de ser um órgão oficial da Arquidiocese para tornar-se um veículo comprometido apenas em difundir o ideal cristão, mantendo-se porém, aberto à colaboração do Episcopado, do clero para o ideal comum de uma imprensa que se realiza no objetivo de formar, afirmar e promover a opinião pública, em consonância com a doutrina e moral católicas.

Atualmente a "Voz do Paraná" consolida sua posição de semanário com maior circulação no Estado. Com a mesma direção e entregue aos cuidados da Editora João XXIII desde o início deste ano, sua tiragem, superior a vinte mil exemplares, atinge hoje a mais de 300 localidades paranaenses, centenas de assinantes por todo o Brasil e exterior. Sua linha editorial segura, aberta e democrática tem levado "Voz do Paraná" a assumir posturas de interesse da comunidade. Jornal de linha opinativa forte, tem se caracterizado pela expressão de um pensamento fiel ao Papa João Paulo II e o Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa consulta a Liderança do PTB se pretende usar do seu horário. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio à Comissão Especial que estudará o Projeto de Lei Complementar nº 37/81, (Estatuto da Polícia Civil do Estado), as emendas de nºs 01 a 16.— **Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilton Friedrich, Líder do PMDB, indicando os Srs. Deputados Nestor Baptista e Fidelcino Tolentino, para comporem o quadro de membros da CPI do achatamento salarial do funcionário público.— **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do achatamento salarial.

— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 20/81, (Mens. Govern. nº 21/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios aqui mencionados, objetivando a aplicação de recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, no Programa Metropolitano de Assistência às populações de baixa renda, nos municípios citados.— Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência atenda o requerimento do Sr. Deputado Lineu Turra, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) Responderam a chamada nominal, 25 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 09/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 21/81, (Mens. Govern. nº 22/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a implantação de micro-sistema de água e instalações de saneamento básico, nas localidades de Caraguatá e Mato Preto, do referido município.— Encerrada a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 10/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 23/81, (Mens. Govern. nº 24/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras quatro séries do ensino de 1º grau, no referido município.— Encerrada a discussão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 112/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que estabelece como órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa, o Comitê de Imprensa, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 112/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — O Comitê de Imprensa é o órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa.

Parágrafo único — É de exclusivo direito, dos jornalistas credenciados, o acesso às dependências privativas da Assembléia, ressalvados os casos previstos em regulamento próprio.

Art. 2º — O Comitê de Imprensa reger-se-á por regulamento baixado pela Mesa e considerado parte integrante do Regimento Interno da Assembléia.

Art. 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 112/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado Airton Cordeiro, o presente projeto de resolução tem por escopo estabelecer como órgão de representação dos jornalistas credenciados por esta Casa, o Comitê de Imprensa, e dá outras providências.

Embora a proposição não venha acompanhada de justificativa, quer nos parecer que a medida é das mais oportunas, pois que o Comitê de Imprensa é um órgão que vem prestando relevantes serviços a esta Casa e aos seus integrantes, na divulgação das notícias políticas, não só para o nosso Estado como para todo o Brasil, fortalecendo, desta maneira, a classe política e em consequência o próprio regime democrático de nossa Pátria.

Regulamentado e embasado com normas específicas, como prevê o projeto, o Comitê de Imprensa poderá se estruturar e com isso melhor desempenhar as suas relevantes funções sociais no Campo da Comunicação Social.

Assim, é das mais oportunas para esta Casa e para toda a classe política paranaense, a presente proposição apresentada pelo nobre Deputado Airton Cordeiro, razão pela qual o nosso parecer é FAVORÁVEL, no âmbito desta Comissão Executiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.981.

(aa) JOÃO MANSUR, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO,

1º Secretário-Relator,

NILSO SGUAREZI;

2º Secretário.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 11/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 24/81, (Mens. Govern. nº 25/81), que aprova o termo de convênio de cooperação SEPL/174, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando o repasse de verbas para ampliação do micro-sistema de abastecimento de água na localidade de Sete Barras e para saneamento básico.— Encerrada a discussão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 12/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 25/81, (Mens. Govern. nº 26/81), que aprova o convênio de cooperação SELP/155, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Saúde e do Bem Estar Social, com o Município de Adrianópolis, objetivando a construção e equipamento de Mini-Postos de Saúde nas localidades que especifica.— Encerrada a discussão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA à ex-Proposição nº 27/81, (Mens. Govern. nº 28/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Apucarana, objetivando a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação e obras complementares no aeroporto do referido município.— Encerrada a discussão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 49/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Município de São Jorge, com os limites e confrontações do atual Distrito Administrativo de São Jorge, Município de Altônia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 49/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Município de São Jorge, com os limites e confrontações do atual Distrito Administrativo de São Jorge, Município de Altônia.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de São Jorge, Município de Altônia se notabiliza pela pujança, especialmente no setor primário de produção.

Na sede da localidade, se encontram mais de 700 edifícios, dentre os quais, um banco, 116 casas comerciais, 4 serrarias, máquinas de café, de arroz, hospital, escola etc.

Outrossim, na área de 12.000 alqueires paulistas vivem aproximadamente 25.000 habitantes, sendo mais de 5.000 os eleitores.

Por outro lado, a arrecadação é expressiva tendo excelente perspectiva de progresso com a criação do município.

Assim, propomos o presente plano de lei, na certeza de contarmos com o apoio dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 49/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO, o presente Projeto de Lei nº 49/79, tem por finalidade criar o Município de São Jorge do Patrocínio, desmembrado do Município de Altônia, com divisas que especifica.

Retorna a esta Comissão de Constituição e Justiça a Proposição, a fim de ser reexaminada, em razão do resultado do Plebiscito realizado por autorização deste Poder Legislativo.

De acordo com a Ata de Apuração da consulta plebiscitária realizada em 29/03/81, naquela localidade, (fls 31 e 32) embora tenha havido uma grande margem de abstenção, a maioria dos votantes que compareceram manifestaram expressiva votação a favor da emancipação de São Jorge do Patrocínio, como novo município.

Assim quer nos parecer que os maiores interessados na criação do novo município paranaense apresentaram o seu veredicto favorável, razão pela qual esta Casa deverá consolidar aquela manifestação.

Tendo em vista que a matéria no seu mérito já mereceu o exame do relator anteriormente designado, o nosso parecer é no sentido de que o projeto está em condições de ser encaminhado, após 15 de maio do corrente ano, face o Art. 6º,

da Lei Complementar nº 01, modificado pela Lei Complementar nº 28, de 18/11/75. (A criação de qualquer alteração territorial de município somente poderão ser feitas no período compreendido entre dezoito e seis meses anteriores à data da eleição municipal) à consideração do Plenário desta Casa para referendar o resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de São Jorge do Patrocínio, com as divisas constantes da Resolução nº 52/80, de 04/11/80 - publicada no Diário Oficial nº 922, de 12/11/80.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

DENI SCHWARTZ, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 16/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 31/81), que exclui da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 16/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — As vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final, ficam excluídas, a partir de 1º de janeiro de 1.981, da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 16/81

PARECER

Originário da Mensagem Governamental nº 31/81, o presente Projeto de Lei nº 16/81, tem por finalidade excluir, a partir de 1º de janeiro de 1.981, da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final.

Capeando a Mensagem Governamental e justificando a medida proposta, deparamos com a detalhada exposição de motivos do Senhor Secretário das Finanças do Estado do Paraná, argumentando a necessidade da medida ora encaminhada à apreciação deste Poder Legislativo.

Analisando a matéria sob o seu aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que o projeto ora examinado não encontra qualquer óbice quer legal, quer constitucional, que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa. Enfatizamos, porém, já que a matéria por certo receberá o crivo, sob o seu aspecto financeiro e meritório, das demais Comissões Técnicas, que tal isenção do I.C.M. na área estadual, por certo virá dirimir os impasses que vêm ocorrendo no âmbito fiscal estadual e municipal, nas vendas de impressos diretas ao consumidor e usuário final.

Com isso, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, já que a medida proposta nos convence da sua oportunidade em favor do interesse público.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1.981.

(a) AIRTON CORDEIRO, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 7.297 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), (Mens. Govern. nº 34/81). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 30/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Código de Organização e Divisão Judiciárias passa a vigorar com as alterações constantes desta Lei.

Art. 2.º — O art. 23 fica acrescido de três parágrafos, com a seguinte redação:

“Art. 23 —

§ 1.º — As correições nos cartórios dos ofícios do foro judicial e extrajudicial e demais órgãos, na Comarca de Curitiba, serão feitas por Juizes de Direito e presididas pelo Corregedor da Justiça.

§ 2.º — Para esse fim, e por proposta da Corregedoria da Justiça, o Conselho da Magistratura poderá autorizar a convocação, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, de Juizes de Direito da Comarca de Curitiba, em número não superior a 4 (quatro).

§ 3.º — Os Juizes convocados exercerão, também, funções correlatas, a critério do Conselho da Magistratura.”

Art. 3.º — O Art. 24 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 24 — O Juiz convocado, pelo exercício das funções mencionadas no artigo anterior, nenhuma vantagem pecuniária perceberá, salvo transporte e diária para alimentação e pousada, quando se deslocar de sua sede (art. 129, da L.O.M.N.).”

Art. 4.º — O art. 25 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 25 — Haverá, na Corregedoria, livro próprio para registro de queixas, de qualquer do povo, por abusos, erros ou omissões das autoridades judiciárias, seus auxiliares, serventuários e funcionários da Justiça.”

Art. 5.º — O inciso III, do art. 207 e suas alíneas a e b, passam a ter a seguinte redação:

III — 66 Juizes de entrância Final, sendo:

a) 43 Titulares de Varas;

b) 23 Juizes de Direito Substituto.”

Art. 6.º — O inciso VII, do art. 222 passa a ter a seguinte redação:

“

VII - Exercer inspeção permanente do foro extrajudicial da Comarca, nos respectivos cartórios, enviando ao Corregedor da Justiça, relatórios trimestrais de suas atividades.”

Art. 7.º — O parágrafo único do art. 178 passa a ser o parágrafo 1.º, ficando o mesmo artigo acrescido de mais um parágrafo com a seguinte redação:

§ 2.º — O substituto do titular de Ofício remunerado pelos cofres públicos, durante o período de substituição, perceberá o vencimento ou diferença de vencimento do substituído.”

Art. 8.º — O art. 210 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 210— São as seguintes as Seções Judiciárias:

1.ª) — Comarca de Curitiba: 1.ª, 2.ª e 5.ª Varas Cíveis;

2.ª) — Comarca de Curitiba: 3.ª, 4.ª e 6.ª Varas Cíveis;

3.ª) — Comarca de Curitiba, 9.ª, 10.ª e 11.ª Varas

Cíveis;

4.ª) — Comarca de Curitiba: 13a., 14a. e 15a Varas

Cíveis;

5.ª) — Comarca de Curitiba: 18a. Vara Cível, Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, e Auditoria da Justiça Militar;

6.ª) — Comarca de Curitiba: 1a. e 3a. Varas de Família;

7.ª) — Comarca de Curitiba: 2a. e 4a. Varas de Família;

8.ª) — Comarca de Curitiba: 1a. e 3a. Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

9.ª) — Comarca de Curitiba: 2a. e 4a. Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

10.ª) — Comarca de Curitiba: 1a. e 2a. Varas Criminais e Vara do Tribunal do Juri,

11.ª) — Comarca de Curitiba: 4a., 5a. e 6a. Varas Criminais,

12.ª) — Comarca de Curitiba: 11a. Vara Criminal e Varas das Execuções Penais;

13.ª) — Comarca de Curitiba: 1a. Vara dos Delitos de Trânsito,

14.ª) — Comarca de Curitiba: 2a. Vara dos Delitos de Trânsito;

15.ª) — Comarca de Curitiba: Vara de Menores;

16.ª) — Comarca de Londrina: Varas Cíveis;

17.ª) — Comarca de Londrina: Varas Criminais, Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, e Comarca de Assaí,

18.ª) — Comarca de Maringá: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho,

19.ª) — Comarca de Maringá: Varas Criminais, e Comarcas de Mandaguari e Marialva;

20.ª) — Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;

21.ª) — Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais, e Comarcas de Imbituva, Ipiranga e Teixeira Soares;

22.ª) — Comarca de Cascavel: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;

23.ª) — Comarca de Cascavel: Varas Criminais, e Comarcas de Corbélia e Ubatã;

24.ª) — Comarca de Campo Mourão;

25.ª) — Comarca de Umuarama;

26.ª) — Comarca de Guarapuava, Palmital e Pitanga;

27.ª) Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul e Marilândia do Sul;

28.ª) — Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Peabiru;

29.ª) — Comarcas de Foz do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu;

30.ª) — Comarcas de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos;

31.ª) — Comarca de Paranaguá, Antonina e Morretes;

32.ª) — Comarcas de Paranavaí, Paraíso do Norte e Terra Rica;

33.ª) — Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho e Coronel Vivida;

34.ª) Comarcas de Araçongas, Astorga e Colorado;

35.ª) Comarcas de Araucária, Rio Negro e Matet;

36.ª) Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Geste e Palotina;

37^a) Comarcas de Cornélio Procópio, Congonhinhas, Nova Fátima, São Jerônimo da Serra e Uraí;

38^a) — Comarcas de Cruzeiro do Oeste e Cidade Gaúcha;

39^a) — Comarcas de Guaíra, Altônia, Pérola e Xambrê;

40^a) — Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;

41^a) — Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;

42^a) — Comarcas de Laranjeiras do Sul e Guaraniçã;

43^a) — Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã e Porecatu;

44^a) — Comarcas de São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul e Cerro Azul;

45^a) — Comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Terra Roxa do Oeste;

46^a) — Comarcas de União da Vitória, Clevelândia e Palmas;

47^a) — Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;

48^a) — Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibiporã, Primeiro de Maio e Sertãozinho;

49^a) — Comarcas de Campo Largo, Colombo e Palmeira;

50^a) — Comarcas de Castro, Curitiba, Ibaiti e Piraí do Sul;

51^a) — Comarcas de Goioerê, Alto Piquiri e Iporã;

52^a) — Comarcas de Irati, Prudentópolis e Rebouças;

53^a) — Comarcas da Lapa, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;

54^a) — Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Izabel do Ivaí;

55^a) — Comarcas de Nova Esperança, Alto Paraná, Mandaguapé e Paranacity;

56^a) — Comarcas de Santo Antônio da Platina, Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal;

57^a) — Comarcas de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Capanema e Realeza;

58^a) — Comarcas de Telêmaco Borba, Cândido de Abreu, Reserva e Tibagi;

59^a) — Comarcas de Wenceslau Braz, Jaguariaíva, Sengés, Siqueira Campos e Tomazina.”

Parágrafo único. Haverá ainda, na Comarca de Curitiba, mais 4 (quatro) Seções Judiciárias, a saber:

60^a) — Comarca de Curitiba: 7a. e 8a. Varas Cíveis;

61^a) — Comarca de Curitiba: 12a., 16a. e 17a. Varas Cíveis;

62^a) — Comarca de Curitiba: 3a., 7a. e 8a. Varas Criminais;

63^a) — Comarca de Curitiba: 9a. e 10a. Varas Criminais.”

Art. 10 — Ficam criados 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância final.

Art. 11 — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 30/81

PARECER

O presente projeto de lei, originário da Mensagem nº 34/81, do Chefe do Poder Executivo, tem por finalidade introduzir modificações em alguns dispositivos da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1.981, (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado), visando a criação de mais 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto, bem como a correção de uma falha de origem, no tocante às substituições de Titulares de Ofícios remunerados pelos cofres públicos.

A iniciativa dessa proposição coube ao Poder Judiciário, na forma prevista pelo Art. 91 da Constituição Estadual, através do encaminhamento do Ofício nº 384/81, da lavra do Presidente do Poder Judiciário, solicitando a remessa de Mensagem a esta Casa, em razão da proposta de lei aprovada em sessão plenária daquela magna Corte de Justiça, devidamente justificada.

Tendo obedecido as determinações constitucionais, o presente projeto de lei está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta augusta Assembléia Legislativa, sendo que opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
JURANDIR MESSIAS, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 30/81.

PARECER

Originário da Mensagem nº 34/81, o presente projeto de lei introduz modificações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (Lei nº 7.297/80).

Os dispositivos alterados com a finalidade de criar mais 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto e de regulamentar as substituições de serventários remunerados pelos cofres públicos, resultam em aumento de despesas.

Todavia, dado seu ínfimo valor, essas despesas, conforme se depreende da exposição de motivos que acompanhou o anteprojeto, serão cobertas pela dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

A iniciativa desta lei partiu do Tribunal de Justiça, através de ofício dirigido ao Chefe do Poder Executivo, o qual, por sua vez, encaminhou a Mensagem nº 34/81 a esta Casa.

Inocorrendo qualquer vício de ordem constitucional ou legal, e havendo a necessária cobertura orçamentária, opinamos FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO deste plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1.981.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;
AGUINALDO PEREIRA LIMA, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 30/81

PARECER

Tendo por objetivo a criação de 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto, bem como a regulamentação das substituições de Titulares de Ofícios remunerados pelos cofres públicos, o presente projeto de lei introduz as modificações necessárias na Lei nº 7.297/81 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado).

A necessidade da criação desses cargos, bem como as demais alterações propostas pelo Chefe do Poder Judiciário, através do ofício nº 384/81, que motivou a remessa de Mensagem nº 34/81, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a esta Casa, estão perfeitamente justificadas na exposição de motivos que acompanhou o anteprojeto.

Emitindo pareceres sobre os aspectos de constituciona-

lidade e orçamentário, pronunciaram-se favoravelmente à aprovação deste projeto de lei a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças.

Observou-se rigorosamente as disposições legais no tocante à criação dos cargos e outros aspectos que abrangem o setor de recursos humanos, tendo o Excelentíssimo Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça encaminhado ofício a esta Casa, solicitando que se corrigisse, nesta Comissão, pequeno lapso ocorrido na montagem datilográfica do texto do anteprojeto, na parte que se refere à distribuição das Varas que deverão compor as 12ª e 63ª Seções Judiciárias.

Como essas modificações são decorrentes do remanejamento necessário para que se possa alcançar melhor produtividade em razão da criação dos novos cargos de Juiz de Direito Substituto, estão elas diretamente relacionadas com a área de Recursos Humanos.

Justificável, portanto, que seja proposta Emenda, por esta Comissão, a qual, de maneira alguma pode ser considerada estranha ao objeto do presente projeto de lei, a fim de que se possa sanar esse pequeno problema, sem que resulte em qualquer aumento de despesa.

Assim sendo, nosso parecer é pela **APROVAÇÃO DO PROJETO, com a EMENDA EM SEPARADO.**

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1.981.

(aa) NELSON BUFFARA, Presidente;
JURANDIR MESSIAS, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

EMENDA AO

PROJETO DE LEI Nº 30/81

Substitua-se o texto do art. 8º, na parte que trata da composição das 12ª e 63ª Seções Judiciárias, pela seguinte redação:

“Art. 8º —

12ª) Comarca de Curitiba: Vara das Execuções Penais;

.....

63ª) Comarca de Curitiba: 9ª, 10ª e 11ª Varas Criminais”

Sala das Comissões, em

(aa) NELSON BUFFARA, Presidente;
JURANDIR MESSIAS, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rachidi Scaff, ocorrido na Cidade de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 25º aniversário do jornal “Voz do Paraná”.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Nadir Lima Volosko, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Schnoerr, ocorrido em Nova Esperança.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro do Interior, encarecendo revisão no reajustamento das prestações da casa própria, e sustação de qualquer despejo de mutuário.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao IAPAS, ao Instituto de Marcas e Patentes, ao Banco Central e Ministério da Indústria e Comércio, no sentido de se eliminar o máximo possível a burocracia no atendimento de di-

versos serviços.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro do Planejamento, Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, encarecendo sejam tomadas providências no sentido de que os valores do VBC e preços de garantia do trigo passem a ser fixados anualmente no mês de janeiro, a fim de ensejar condições de cultura aos tricultores paranaenses.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Educação e Ministro da Agricultura, encarecendo seja criada uma Escola Agrícola em Toledo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento e estrada que liga o Distrito de Marajá à Estrada PR-180, trecho Nova Aurora-Goioerê.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wandler, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a construção de prédio para funcionamento da Agência de Rendas de Jesuítas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos membros da Delegação do Paraná, pela destacada atuação no XIII Congresso Nacional dos Servidores, realizado em Recife-PE.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja feita pesquisa ampla no Estado do Paraná para aplicação da Lei Federal nº 6864/80.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos governos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, no sentido de que enviem a esta Casa de Leis as respectivas regulamentações que tratam da aplicação, naqueles Estados, da Lei Federal nº 6.864.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, consubstanciado em apelo no sentido da criação das Comarcas de Borrazópolis e Jardim Alegre, na elaboração da próxima divisão judiciária do Estado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando manifestação de protesto à SUDEP e ao IBDF, pela maneira incorreta de exercer fiscalização nas estradas a pescadores amadores.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Centro Social dos Funcionários da Câmara Municipal de Curitiba.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando encaminhamento de ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo estudos para a implantação de Postos de Socorro Familiar da Polícia Militar, na Cidade de Paranaguá.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos anais desta Casa, do relatório elaborado pelo economista José Henrique do Carmo, denominado “Os Aproveitamentos do Potencial Hidrelétrico do Paraná e suas Conseqüências”.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Genésio Alves Rolim, pela conquista da Medalha de Ouro no setor de seguros, categoria pessoa física.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Secretaria da Segurança Pública, providências em favor dos moradores do Jardim das Nações, Tatuquara, em Curitiba.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando da Secretaria do Interior, determinar a TELEPAR prestar informações referente a determinação técnica que impede a referida empresa a usar o mesmo posteamento da COPEL, para a rede telefônica.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao empresário Fernando Gomes e seus

companheiros de Diretoria pela eleição para Presidência da ACIC de Cascavel.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Federação das Indústrias do Estado do Paraná pela passagem do Dia da Indústria, comemorado em todo País em data de hoje.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção nos anais da Casa da Nota Oficial dos Sindicatos na Agricultura do Paraná, bem como voto de solidariedade e aplauso ao Dia Nacional do Trabalhador Rural, que transcorre neste dia.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.